DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 7614/2015

PROCESSO TC/MS	: TC/5743/2013
PROTOCOLO	: 1379659
ÓRGÃO	: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO GRANDE – MS
ORDENADORA DE DESPESAS	: MARIA CECÍLIA AMENDOLA DA MOTTA
CARGO DA ORDENADORA	: SECRETÁRIA MUNICIPAL
TIPO DE PROCESSO	: CONVÊNIO N.º 139/2011
OBJETO DO CONVÊNIO	: ESTABELECIMENTO DE PARCERIA VISANDO ATENDER AS DESPESAS OPERACIONAIS, DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO.
CONVENENTE	: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA E. M. PROF.ª IRACEMA DE SOUZA MENDONÇA.
VALOR DO CONVÊNIO	: R$ 55.780,00
ÓRGÃO JULGADOR	: JUÍZO SINGULAR
RELATOR	: CONS. IRAN COELHO DAS NEVES

EMENTA

CONVÊNIO - PRESTAÇÃO DE CONTAS - AUXÍLIO FINANCEIRO – ESTABELECIMENTO DE PARCERIA VISANDO ATENDER AS DESPESAS OPERACIONAIS, DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO - PLANO DE TRABALHO ADEQUADO - OBJETO REALIZADO - EXECUÇÃO FINANCEIRA CORRETA - ATOS REGULARES E LEGAIS - QUITAÇÃO.

Tratam estes autos sobre a **Prestação de Contas do Convênio nº 139/2011** - (peça 5).

O objeto do convênio consiste no estabelecimento de parceria visando atender as despesas operacionais, de conservação da rede física, manutenção dos equipamentos e material de consumo em geral e ações do Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE da Escola Municipal Profª. Iracema de Souza Mendonça, nos termos da Cláusula Primeira - (peça 5 - fls. 1).

O prazo de vigência foi estimado em 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, nos termos da Cláusula Quinta - (peça 5 - fls. 4).

O valor do investimento importa em R$ 55.780,00 (cinquenta e cinco mil, setencentos e oitenta reais), conforme definido na Cláusula Terceira - (peça 5 - fls. 3).

O Corpo Técnico, após criterioso exame do feito emitiu a Análise Conclusiva **ANC-2ª ICE-14896/2014** - (peça 32), pugnando pela *aprovação* da presente prestação de contas.

Apreciando o feito, o douto Ministério Público de Contas, comungando do entendimento do Corpo Técnico, emite o r. Parecer **PAR-MPC-GAB.7 DR JAC-14491/2015** - (peça 33), opinando pelo julgamento desta Prestação de Contas como contas *regulares*.

É o que cabe, na essência, relatar.

Conclusos vieram-me os presentes autos para relatar.

Verifico que foram observadas as disposições regimentais no curso da instrução processual, nos termos do art. 112, II, "b" do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS 76/2013, razão pela qual passo ao exame do mérito.

O objeto do Convênio está delineado na Cláusula Primeira (peça 5 - fls. 1), nos seguintes termos, *in verbis*:

> Constitui objeto do presente CONVÊNIO o estabelecimento de parceria visando atender as despesas operacionais, de conservação da rede física, manutenção dos equipamentos e material de consumo em geral e ações do Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE da Escola Municipal Profª. Iracema de Souza Mendonça.

O prazo de vigência foi estimado em 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, nos termos da Cláusula Quinta - (peça 5 - fls. 4).

O valor do investimento importa em R$ 55.780,00 (cinquenta e cinco mil, setencentos e oitenta reais), conforme definido na Cláusula Terceira - (peça 5 - fls. 13).

A execução financeira do convênio está demonstrada pelo Corpo Técnico contemplando os seguintes valores diretamente aplicados no projeto - (peça 7):

Receita		Despesas	
Repasse	R$ 55.780,00	Comprovantes Fiscais	R$ 55.780,00
Total	R$ 55.780,00	Total	R$ 55.780,00

O objeto acima transcrito foi regularmente executado, conforme se afere da conclusão oferecida pelo Corpo Técnico quando assevera - (peça 32 - fls. 4), *in verbis*:

> Diante do exposto, concluímos que a **prestação de contas do Convênio nº 139/2011 celebrado entre a Prefeitura Municipal de**

Campo Grande (CNPJ-MF nº 03.501.509/0001-06), através da **Secretaria Municipal de Educação**, como concedente e **a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Prof.ª Iracema de Souza Mendonça** (CNPJ-MF nº 33.153.610/0001-84), como convenente, oferece condições de aprovação.

O douto Ministério Público de Contas alinha o mesmo posicionamento opinando pela aprovação desta prestação de contas, nos seguintes termos: (peça 33, fls. 2), *in verbis*:

> Este Ministério Público de Contas, conclui que os recursos repassados foram integralmente aplicados, de acordo com o objeto do Convênio n. 139/2011(integra fls.100), demonstrando a concessão, a aplicação e a prestação de contas, guardam conformidade com as normas contidas na Lei nº 3.452/1998, com o disposto na Lei nº 8.666/1993, Lei Complementar nº 101/2000, Decreto nº 7.761/1998 e com o previsto no Capítulo III daINTC/MS nº 35/11, **opina pelo julgamento desta Prestação de Contas como Contas REGULARES**, nos termos do inciso I, artigo 59 da Lei Complementar n. 160/2012 c/c com o inciso VI do artigo 77 da Constituição Estadual do Estado de Mato Grosso do Sul.

Desta forma, resta comprovado que a concessão dos recursos cuja prestação de contas ora se examina foi realizada em conformidade com as disposições legais regedoras da espécie, sendo demonstrado que a aplicação dos recursos provenientes deste Instrumento de Convênio foi realizada em conformidade com as exigências legais em objeto que consagra o atendimento do interesse público, razão pela qual a aprovação da prestação de contas em apreciação é medida que se impõe.

Mediante o exposto e, acolhendo o posicionamento adotado pelo Corpo Técnico e o r. Parecer exarado pelo douto Ministério Público de Contas, e, com fundamento no art. 10, II e V, c/c o art. 70 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013,

DECIDO:

1- pelo **julgamento** desta **Prestação de Contas do Convênio nº 139/2011** celebrado entre a **Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS**, CNPJ/MF nº 03.501.509/0001-06, através da **Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande/MS**, por sua Secretária Municipal de Educação, Senhora Maria Cecília Amendola da Motta, CPF/MF nº 1724.551.958-72, como concedente, e de outro lado, a **Associação de Pais e Mestres da E. M. Profª. Iracema de Souza Mendonça**, CNPJ/MF nº 33.153.610/0001-84, como convenente, como **CONTAS REGULARES** em razão da correta demonstração da aplicação dos recursos em objeto de interesse público relevante, conforme plano de aplicação aprovado pelos partícipes, nos termos do art.

59, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 171 e art. 173, IV, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

2 – pela **quitação** à Ordenadora de Despesas, Senhora Maria Cecília Amendola da Motta, CPF/MF nº 1724.551.958-72, para os efeitos do art. 60, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 171 do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

3 – pela **comunicação** aos interessados, nos termos do art. 50, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 70, § 2º, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

É a decisão.

Campo Grande/MS, 14 de outubro de 2015.

Cons. Iran Coelho das Neves
Relator